



PMEPC 2013

Município de Alfândega da Fé

Abril de 2013

Versão Final

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil



Promovido Por:

Financiado por:

Elaborado por:



Município, E.M., S.A.

Ficha Técnica

Realização



Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II,
Nº 11, 3º B, Taguspark
2740-120 Porto Salvo - Portugal



Câmara Municipal de Alfândega da Fé
Rua Camilo Mendonça
5350-045 Alfândega da Fé

Promovido Por:



Financiado por:



Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana

Direção do Projeto

Manuel Miranda

Equipa Técnica

Susana Seramota

Câmara Municipal

Presidente

Berta Ferreira Milheiro Nunes

Vice-Presidente (Pelouro – Proteção Civil)

Eduardo Manuel Dobrões Tavares

Coordenador do Gabinete de Proteção Civil

João Martins

Técnica superior do Gabinete de Proteção Civil

Carina Figueiredo

Município, E.M., S.A.

Coordenação e Direção do Projeto

Nelson Mileu

Gestão do Projeto

Frederico Antunes

Equipa Técnica

Miguel Bana e Costa

Helder Murcha

Ana Ribeiro

Teresa Zuna

Coordenação da Equipa de Avaliação de Riscos

Alberto Gomes

Caracterização do território e Avaliação de riscos

Laura Soares

Carlos Delgado

Ana Carina

Inês Marafuz

ÍNDICE

Parte I – Enquadramento Geral do Plano	13
1. <i>Introdução</i>	14
2. <i>Âmbito de aplicação</i>	14
3. <i>Objetivos gerais</i>	16
4. <i>Enquadramento Legal</i>	16
5. <i>Antecedentes do Processo de Planeamento</i>	17
6. <i>Articulação com instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território</i>	18
7. <i>Ativação do Plano</i>	20
7.1. <i>Competências para a ativação do Plano</i>	20
7.2. <i>CrITÉrios para a ativação do Plano</i>	21
8. <i>Programa de Exercícios</i>	24
Parte II – Organização da Resposta	25
1. <i>Conceito de Atuação</i>	26
2. <i>Execução do Plano</i>	28
2.1. <i>Fase de emergência</i>	29
2.2. <i>Fase de reabilitação</i>	34
3. <i>Articulação e atuação de agentes, organismos e entidades</i>	38
3.1. <i>Missão dos agentes de Proteção Civil</i>	40
3.1.1. <i>Fase de emergência</i>	41
3.1.2. <i>Fase de reabilitação</i>	43
3.2. <i>Missão dos organismos e entidades de apoio</i>	44
3.2.1. <i>Fase de emergência</i>	44
3.2.2. <i>Fase de reabilitação</i>	48
3.3. <i>Missão das estruturas autárquicas</i>	52
3.3.1. <i>Fase de emergência</i>	53
3.3.2. <i>Fase de reabilitação</i>	54
Parte III – Áreas de Intervenção	55
1. <i>Administração de meios e recursos</i>	56
2. <i>Logística</i>	58
2.1. <i>Apoio Logístico às Forças de Intervenção</i>	59
2.2. <i>Apoio Logístico às populações</i>	63
3. <i>Comunicações</i>	68
3.1. <i>Rede Operacional de Bombeiros (ROB)</i>	69
3.2. <i>Rede Estratégica de Proteção Civil (REPC)</i>	70
3.3. <i>SIRESP</i>	71
3.4. <i>Organização das comunicações</i>	71
4. <i>Gestão da informação</i>	73
4.1. <i>Gestão da Informação às entidades e agentes envolvidos nas ações de socorro</i>	73
4.2. <i>Gestão da Informação a entidades públicas e privadas que colaboram com as ações de socorro e reabilitação</i>	75
4.3. <i>Gestão da Informação Pública:</i>	76
5. <i>Procedimentos de evacuação</i>	78
6. <i>Manutenção da ordem pública</i>	81

7.	<i>Serviços médicos e transporte de vítimas</i>	83
8.	<i>Socorro e salvamento</i>	86
9.	<i>Serviços mortuários</i>	89
10.	<i>Protocolos</i>	92
Parte IV – Informação Complementar		93
Secção I		94
1.	<i>Organização geral da Proteção Civil em Portugal</i>	94
1.1.	<i>Estrutura de Proteção Civil</i>	95
1.1.1.	<i>Direção Política</i>	96
1.1.2.	<i>Coordenação Política</i>	96
1.1.3.	<i>Órgãos de Execução</i>	97
1.2.	<i>Estrutura das Operações</i>	99
1.2.1.	<i>Sistema de Gestão de Operações</i>	99
1.2.1.1.	<i>Funções na estrutura da organização</i>	102
1.2.1.2.	<i>Teatro de operações</i>	106
1.2.2.	<i>Comando Operacional</i>	107
1.2.3.	<i>Coordenação Institucional</i>	107
2.	<i>Mecanismos da estrutura de Proteção Civil</i>	108
2.1.	<i>Composição, convocação e competências da Comissão de Proteção Civil</i>	108
2.2.	<i>Critérios e âmbito para a declaração das situações de alerta</i>	109
2.3.	<i>Sistema de monitorização, alerta e aviso</i>	111
2.3.1.	<i>Monitorização</i>	111
2.3.2.	<i>Alerta</i>	115
2.3.3.	<i>Aviso</i>	116
Secção II		118
1.	<i>Caracterização Geral</i>	118
2.	<i>Caracterização Física</i>	120
2.1.	<i>Condições Climáticas</i>	120
2.2.	<i>Orografia</i>	122
2.3.	<i>Declives</i>	124
2.4.	<i>Exposição de vertentes</i>	125
2.5.	<i>Hidrografia</i>	127
2.6.	<i>Ocupação do solo</i>	128
2.7.	<i>Geologia</i>	133
3.	<i>Caracterização socioeconómica</i>	136
3.1.	<i>Distribuição da população e dinâmica demográfica</i>	136
3.1.1.	<i>Densidade populacional</i>	138
3.1.2.	<i>Evolução e variação da população residente</i>	140
3.1.3.	<i>Estrutura da população por grupos etários e por sexo</i>	143
3.1.4.	<i>Taxa de analfabetismo</i>	147
3.2.	<i>Dinâmica económica</i>	148
3.2.1.	<i>Estrutura da população ativa e Taxa de atividade</i>	148
3.2.2.	<i>Sectores de atividade</i>	149
3.2.3.	<i>Taxa de desemprego</i>	151
3.3.	<i>Caracterização do parque habitacional</i>	152
3.3.1.	<i>Alojamentos e núcleos familiares</i>	152
3.3.2.	<i>Dimensão do parque habitacional e época de construção</i>	153
3.3.3.	<i>Estado de conservação do parque habitacional</i>	155
4.	<i>Caracterização das infraestruturas e equipamentos</i>	156

4.1.	Rede Rodoviária.....	157
4.2.	Povoamento/edificado	158
4.3.	Rede de abastecimento de água	159
4.4.	Rede de saneamento	161
4.5.	Rede elétrica	163
4.6.	Rede de Telecomunicações	164
4.7.	Rede de Gás	166
4.8.	Pontos de distribuição de combustíveis	166
4.9.	Centros de saúde/equipamentos sociais.....	167
4.10.	Estabelecimentos de ensino/ equipamentos desportivos.....	168
4.11.	Instalações dos agentes de proteção civil, entidades e organismos de apoio	170
4.12.	Instalações hoteleiras e similares	171
4.13.	Áreas industriais	172
5.	<i>Caracterização do Risco.....</i>	<i>174</i>
5.1.	Introdução	175
5.2.	Identificação do Risco.....	178
5.2.1.	Ondas de calor	179
5.2.2.	Vagas de Frio.....	182
5.2.3.	Nevões	186
5.2.4.	Geadas	191
5.2.5.	Cheias e Inundações Rápidas.....	196
5.2.6.	Cheias e Inundações Progressivas	198
5.2.7.	Secas	199
5.2.8.	Sismos	203
5.2.9.	Movimentos de Massa em Vertentes.....	209
5.2.10.	Incêndios Florestais	215
5.2.11.	Acidentes Rodoviários	227
5.2.12.	Acidentes no Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas.....	229
5.2.13.	Cheias e Inundações por Rutura de Barragens	231
5.2.14.	Colapso de Túneis, Pontes e outras Infraestruturas	233
5.2.15.	Acidentes em Instalações de Combustíveis, Óleos e Lubrificantes	235
5.2.16.	Incêndios e Colapsos em Centros Históricos e em Edifícios com Elevada Concentração Populacional.....	236
5.3.	Análise do Risco	236
5.3.1.	Ondas de calor	239
5.3.2.	Vagas de frio	240
5.3.3.	Nevões	240
5.3.4.	Geadas	242
5.3.5.	Cheias e Inundações Rápidas.....	244
5.3.6.	Cheias e Inundações Progressivas	244
5.3.7.	Secas	245
5.3.8.	Sismos	245
5.3.9.	Movimentos de Massa em Vertentes.....	246
5.3.10.	Incêndios Florestais	247
5.3.11.	Acidentes Rodoviários	249
5.3.12.	Acidentes no Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas.....	250
5.3.13.	Cheias e Inundações por Rutura de Barragens	250
5.3.14.	Colapso de Túneis, Pontes e outras Infraestruturas	251
5.3.15.	Acidentes em Instalações de Combustíveis, Óleos e Lubrificantes	251
5.3.16.	Incêndios e Colapsos em Centros Históricos e em Edifícios com Elevada Concentração Populacional.....	252
5.4.	Estratégias de Prevenção e Mitigação do Risco	255
5.4.1.	Instrumentos que concorrem para a mitigação dos Riscos	255
5.4.2.	Legislação específica para a mitigação dos Riscos.....	256
5.4.3.	Projetos ou programas integrados destinados a mitigar os riscos	256
5.4.4.	Planos de Ordenamento do Território.....	260

6.	<i>Cenários</i>	260
6.1.	Cenário Hipotético de Incêndio Florestal	261
6.2.	Cenário Hipotético de movimentos de massa em vertentes	264
6.3.	Cenário Hipotético Vagas de frio / Ondas de Calor e Nevões	267
6.3.1.	Vagas de frio	267
6.3.2.	Onda de Calor	270
6.3.3.	Nevões	275
7.	<i>Cartografia</i>	277
Secção III		278
1.	<i>Inventário de recursos e meios</i>	278
2.	<i>Lista de contactos</i>	280
3.	<i>Modelos de relatórios e requisições</i>	291
4.	<i>Modelos de Comunicados</i>	296
5.	<i>Lista de atualizações do Plano</i>	304
6.	<i>Lista de Exercícios do Plano</i>	305
7.	<i>Lista de distribuição do Plano</i>	306
8.	<i>Legislação</i>	307
9.	<i>Bibliografia</i>	311
10.	<i>Glossário</i>	314

Índice de Esquemas

ESQUEMA 1 – ESTRUTURA OPERACIONAL	29
ESQUEMA 2 – AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL EXISTENTES NO MUNICÍPIO.....	39
ESQUEMA 3 – ENTIDADES COM ESPECIAL DEVER DE COOPERAÇÃO NO MUNICÍPIO.....	40
ESQUEMA 4 – ESQUEMA DOS PROCEDIMENTOS DE COORDENAÇÃO PARA APOIO SOCIAL ÀS POPULAÇÕES	65
ESQUEMA 5 – ESQUEMA DOS PROCEDIMENTOS DE COORDENAÇÃO PARA APOIO PSICOLÓGICO ÀS POPULAÇÕES	65
ESQUEMA 6 – ROB NO TEATRO DE OPERAÇÕES.....	70
ESQUEMA 7 – ORGANOGRAMA DAS COMUNICAÇÕES	72
ESQUEMA 8 – ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS COMUNICAÇÕES DO MUNICÍPIO	73
ESQUEMA 9 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (GESTÃO DE INFORMAÇÃO ÀS ENTIDADES INTERVENIENTES)	76
ESQUEMA 10 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (GESTÃO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA)	77
ESQUEMA 11 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (EVACUAÇÃO).....	79
ESQUEMA 12 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA)	83
ESQUEMA 13 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS).....	85
ESQUEMA 14 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SOCORRO E SALVAMENTO)	89
ESQUEMA 15 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SERVIÇOS MORTUÁRIOS).....	92
ESQUEMA 16 – ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ALERTA	116
ESQUEMA 17 – ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE AVISO	117
ESQUEMA 18 – SIGNIFICADO E ABRANGÊNCIA DA TERMINOLOGIA ASSOCIADA AOS MOVIMENTOS DE INSTABILIDADE GEOMORFOLÓGICA. ADAPTADO DE ZÊZERE, 1997	209
ESQUEMA 19 – PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS – INCÊNDIO FLORESTAL.....	264
ESQUEMA 20 – PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS – MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES	267
ESQUEMA 21 – PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS – ONDAS DE CALOR / VAGAS DE FRIO.....	274

Índice de Figuras

FIGURA 1 – ESTRUTURA NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL.....	96
FIGURA 2 – ESTRUTURA DA OPERAÇÕES DE PROTEÇÃO CIVIL	99
FIGURA 3 – SISTEMA DE GESTÃO DE OPERAÇÕES.....	101
FIGURA 4 – ZONAS DE INTERVENÇÃO	106
FIGURA 5 – ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DE ALFÂNDEGA DA FÉ	119
FIGURA 6 – LOCALIZAÇÃO DE ALFÂNDEGA DA FÉ NO CONTEXTO DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO	120
FIGURA 7 – ELEMENTOS MORFOLÓGICOS FUNDAMENTAIS.....	123
FIGURA 8 – SEQUÊNCIA CONCEPTUAL E METODOLÓGICA DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS (FONTE: JULIÃO ET AL, 2009)	178
FIGURA 9 – VALORES DE TEMPERATURA ASSOCIADOS A ONDAS DE CALOR NOS REGISTOS DA ESTAÇÃO DE FOLGARES	181
FIGURA 10 – VALE DA RIBEIRA DE GEBELIM	199
FIGURA 11 – PERSPETIVA INTEGRADA DAS SECAS (ADAPTADO DE PIMENTA E CRISTO, 1998).....	200
FIGURA 12 – EXEMPLOS DE ALGUNS MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES INSERIDOS NO INVENTÁRIO DOS MOVIMENTOS DE ALFÂNDEGA DA FÉ.....	214
FIGURA 13 – NÚMERO DE INCÊNDIOS E ÁREA ARDIDA NO DISTRITO DE BRAGANÇA, ENTRE 1980 E 2009 (VALORES MÉDIOS) FONTE: AFN.....	218
FIGURA 14 – MATRIZ DE RISCO – GRAU DE RISCO.....	238

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 – GRÁFICO TERMO PLUVIOMÉTRICO DA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE FOLGARES, VILA FLOR (1960-1990), VALORES MÉDIOS E EXTREMOS DOS PARÂMETROS CLIMATOLÓGICOS	121
GRÁFICO 2 – USOS DO SOLO DE NÍVEL 1 NO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ: PERCENTAGEM DA ÁREA TOTAL (FONTE: CLC, 1990/2000/2006 – IGP).....	130
GRÁFICO 3 – VARIAÇÃO DOS USOS DO SOLO DE NÍVEL 1 NO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ: TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL (FONTE: CLC, 1990/2000/2006 – IGP)	130
GRÁFICO 4 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR FREGUESIA (1991 – 2001) (FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE, CENSOS 1991 E 2001)	137
GRÁFICO 5 – PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS DE USO SAZONAL POR FREGUESIA, EM 2001 (FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA)	138

GRÁFICO 6 – DENSIDADE POPULACIONAL, POR FREGUESIA (1991 – 2001) (FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE (CENSOS 1991 E 2001); BGRI (2001))	139
GRÁFICO 7 – TENDÊNCIA EVOLUTIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE (1864 – 2001) (FONTE: INE)	141
GRÁFICO 8 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO, POR FREGUESIA (1991 – 2001)	142
GRÁFICO 9 – ÍNDICES DE DEPENDÊNCIA, POR FREGUESIA (2001) (FONTE: BGRI DE 2001).....	144
GRÁFICO 10 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO, POR FREGUESIA (2001) (FONTE: BGRI DE 2001).....	145
GRÁFICO 11 – PIRÂMIDE ETÁRIA – 1991 E 2001 (FONTE: INE, CENSOS 1991 E 2001)	146
GRÁFICO 12 – TAXA DE ANALFABETISMO, POR FREGUESIA (1991-2001) (FONTE: INE, CENSOS 1991 E 2001)	147
GRÁFICO 13 – TAXA DE ATIVIDADE, POR FREGUESIA (1991-2001) (FONTE: INE, CENSOS 1991 E 2001)	148
GRÁFICO 14 – POPULAÇÃO ATIVA POR SECTORES DE ATIVIDADE (2001) (FONTE: BGRI DE 2001)	149
GRÁFICO 15 – POPULAÇÃO ATIVA POR SECTORES DE ATIVIDADE, POR FREGUESIAS (2001) (FONTE: BGRI DE 2001).....	150
GRÁFICO 16 – NÚMERO DE EMPRESAS EM ALFÂNDEGA DA FÉ, DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO DA CAE–REV.3	151
GRÁFICO 17 – TAXAS DE DESEMPREGO, POR FREGUESIAS (2001) (FONTE: INE, CENSOS 2001)	152
GRÁFICO 18 – NÚCLEOS E ALOJAMENTOS FAMILIARES, POR FREGUESIA (2001) (FONTE: INE, CENSOS 1991 E 2001)	153
GRÁFICO 19 – EDIFÍCIOS SEGUNDO O Nº DE PAVIMENTOS (BGRI 2001).....	154
GRÁFICO 20 – EDIFÍCIOS POR ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO, (BGRI DE 2001).....	154
GRÁFICO 21 – TEMPERATURAS MÁXIMAS DIÁRIAS OBSERVADAS NA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE FOLGARES, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1981 E 1997	182
GRÁFICO 22 – VARIAÇÃO MÉDIA MENSAL DA MORTALIDADE EM PORTUGAL CONTINENTAL (1941-2005)	184
GRÁFICO 23 – VARIAÇÃO DA PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL DA ESTAÇÃO DE FOLGARES.....	203
GRÁFICO 24 – TOTAL DE OCORRÊNCIAS E ÁREA ARDIDA (HA) ENTRE 1980 E 2006 NOS MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE BRAGANÇA.....	218
GRÁFICO 25 – NÚMERO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS E CORRESPONDENTE ÁREA ARDIDA POR TIPO DE OCUPAÇÃO, ENTRE 1981 E 2009.....	219
GRÁFICO 26 – NÚMERO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS E TOTAL DE ÁREA ARDIDA, ENTRE 1981 E 2009	219
GRÁFICO 27 – NÚMERO DE INCÊNDIOS E ÁREA ARDIDA POR FREGUESIA, ENTRE 1996 E 2009	220
GRÁFICO 28 – NÚMERO DE INCÊNDIOS EM HABITAÇÕES NO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ ENTRE 2008 E 2010.....	236
GRÁFICO 29 – PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO COM IDADE SUPERIOR A 65 ANOS E PERCENTAGEM DE EDIFÍCIOS COM IDADE SUPERIOR A 25 ANOS, POR FREGUESIA	253
GRÁFICO 30 – NÚMERO DE INCÊNDIOS EM HABITAÇÕES ENTRE 2008 E 2010	255

Índice de Mapas

MAPA 1 – ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	15
MAPA 2 – LOCALIZAÇÃO DA ZCR E ZRR	61
MAPA 3 – LOCALIZAÇÃO DAS ZCAP.....	67
MAPA 4 – LOCALIZAÇÃO DE LOCAIS DE APOIO LOGÍSTICO	81
MAPA 5 – DISTRIBUIÇÃO DA PRECIPITAÇÃO TOTAL ANUAL NO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ (1960-90; DAVEAU, 1988); ISOTÉRMICAS DE VERÃO E DE INVERNO NA REGIÃO DE TRÁS-OS-MONTES.....	122
MAPA 6 – MODELO DIGITAL DE ELEVAÇÃO.....	124
MAPA 7 – DECLIVES	125
MAPA 8 – EXPOSIÇÃO DE VERTENTES	126
MAPA 9 – REDE HIDROGRÁFICA	128
MAPA 10 – CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO (1990)	132
MAPA 11 – CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO (2006)	133
MAPA 12 – CARTA GEOLÓGICA	135
MAPA 13 – EXTRATO DA CARTA DA NEOTECTÓNICA DE PORTUGAL (FONTE: RIBEIRO E CABRAL, 1988)	136
MAPA 14 – DENSIDADE POPULACIONAL, POR FREGUESIA.....	140
MAPA 15 – NÚMERO DE EDIFÍCIOS EM RUÍNA POR FREGUESIA (FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ)	156
MAPA 16 – INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS	158
MAPA 17 – DISTRIBUIÇÃO DO EDIFICADO NO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ	159
MAPA 18 – INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (2008).....	161
MAPA 19 – INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS (2010) E RECOLHA DE RESÍDUOS (CMAF)	163
MAPA 20 – REDE ELÉTRICA.....	164
MAPA 21 – ANTENAS DE EMISSÃO/RECEÇÃO DE OPERADORAS DE SERVIÇOS MÓVEIS	166

MAPA 22 – LOCALIZAÇÃO DOS POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL	167
MAPA 23 – CENTRO DE SAÚDE E EQUIPAMENTOS SOCIAIS	168
MAPA 24 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS.....	169
MAPA 25 – INSTALAÇÕES DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL.....	170
MAPA 26 – DISTRIBUIÇÃO DE BOCA-DE-INCÊNDIO	171
MAPA 27 – LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES HOTELEIRAS E SIMILARES.....	172
MAPA 28 – LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS INDUSTRIAIS	173
MAPA 29 – REDE DE INFRAESTRUTURAS BÁSICAS	174
MAPA 30 – LANÇOS DAS RODOVIAS SUSCETÍVEIS À QUEDA DE NEVE NO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ (VISÃO GLOBAL)	189
MAPA 31 – LANÇOS DAS RODOVIAS SUSCETÍVEIS À QUEDA DE NEVE, SEGUNDO FAIXAS DE ALTITUDE	190
MAPA 32 – NÚMERO MÉDIO DE DIAS EM QUE PODE OCORRER GEADA NO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ (FONTE: ATLAS DIGITAL DO AMBIENTE, APA)	193
MAPA 33 – DURAÇÃO MÉDIA DE GEADA, NA ÉPOCA AGRÍCOLA (FONTE: ATLAS DIGITAL DO AMBIENTE, APA)	194
MAPA 34 – SUSCETIBILIDADE À OCORRÊNCIA DE GEADAS.....	195
MAPA 35 – LANÇOS DE ESTRADA SUSCETÍVEIS À OCORRÊNCIA DE GEADAS, CONSIDERANDO A ORIENTAÇÃO DAS VERTENTES	196
MAPA 36 – ISOSSISTAS DE INTENSIDADE MÁXIMA PARA PORTUGAL CONTINENTAL E SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA PARA ALFÂNDEGA DA FÉ	206
MAPA 37 – SISMICIDADE HISTÓRICA E INSTRUMENTAL NA ÁREA TRANSMONTANA	207
MAPA 38 – SISMICIDADE HISTÓRICA E INSTRUMENTAL NA ÁREA TRANSMONTANA	208
MAPA 39 – LOCALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES INVENTARIADOS.....	213
MAPA 40 – SUSCETIBILIDADE À OCORRÊNCIA DE MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES.....	215
MAPA 41 – ÁREAS ARDIDAS EM PORTUGAL ENTRE 1990 E 2009	217
MAPA 42 – ÁREAS ARDIDAS ENTRE 1990 E 2009.....	223
MAPA 43 – PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS.....	224
MAPA 44 – SUSCETIBILIDADE À OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS.....	225
MAPA 45 – PERIGOSIDADE À OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS	226
MAPA 46 – CARTA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL	227
MAPA 47 – LOCALIZAÇÃO DOS ACIDENTES RODOVIÁRIOS (GEORREFERENCIADOS) OCORRIDOS ENTRE 2004 E 2008 (FONTE: CDOS BRAGANÇA)	229
MAPA 48 – REDE HIDROGRÁFICA E ALBUFEIRAS.....	233
MAPA 49 – DISTRIBUIÇÃO DAS PONTES NO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ.....	234
MAPA 50 – POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS	235
MAPA 51 – ÁREAS SUSCETÍVEIS À OCORRÊNCIA DE NEVÕES E FORMAÇÃO DE GELO NAS ESTRADAS.....	242
MAPA 52 – LOCALIZAÇÃO DO RISCO DE GEADA/FORMAÇÃO DE GELO NAS RODOVIAS.....	243
MAPA 53 – SUSCETIBILIDADE A MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTE.....	247
MAPA 54 – OPERACIONALIDADE E CONSTRANGIMENTOS – INCÊNDIOS FLORESTAIS	249
MAPA 55 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA VULNERABILIDADE A INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS À SUBSECÇÃO,.....	254
MAPA 56 – SITAC – CENÁRIO DE INCÊNDIO FLORESTAL.....	263

Índice de Tabelas

TABELA 1 – HISTÓRICO DE EXERCÍCIOS EFETUADOS.....	18
TABELA 2 – INTERLIGAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL COM O PMEPCAF.....	19
TABELA 3 – PONTOS DE CONVERGÊNCIA ENTRE OS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO E PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO COM O PMEPCAF.....	20
TABELA 4 – MEIOS DE PUBLICITAÇÃO DA ATIVAÇÃO DO PLANO	21
TABELA 5 – MATRIZ DE RISCO – ATIVAÇÃO DO PLANO	22
TABELA 6 – CALENDARIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS	24
TABELA 7 – ORGANIZAÇÃO DA PROTEÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ	28
TABELA 8 – AÇÕES A DESENVOLVER – FASE DE EMERGÊNCIA	30
TABELA 9 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO NATURAL	31
TABELA 10 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO TECNOLÓGICO.	32
TABELA 11 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO MISTO	33
TABELA 12 – AÇÕES A DESENVOLVER – FASE DE REABILITAÇÃO	34
TABELA 13 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO NATURAL	35

TABELA 14 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO TECNOLÓGICO	36
TABELA 15 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO MISTO.....	37
TABELA 16 – AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL.....	38
TABELA 17 – ORGANISMOS E ENTIDADES COM ESPECIAL DEVER DE COOPERAÇÃO.....	38
TABELA 18 – TAREFAS PARA CADA AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL NA FASE DE EMERGÊNCIA.....	42
TABELA 19 – TAREFAS PARA CADA AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL NA FASE DE REABILITAÇÃO	44
TABELA 20 – TAREFAS PARA CADA ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO NA FASE DE EMERGÊNCIA	48
TABELA 21 – TAREFAS PARA CADA ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO NA FASE DE REABILITAÇÃO	52
TABELA 22 – MISSÃO DAS ESTRUTURAS AUTÁRQUICAS NA FASE E EMERGÊNCIA	53
TABELA 23 – MISSÃO DAS ESTRUTURAS AUTÁRQUICAS NA FASE DE REABILITAÇÃO.....	54
TABELA 24 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS.....	56
TABELA 25 – RESPONSABILIDADES ADMINISTRATIVAS	57
TABELA 26 – TIPOLOGIA DE MATERIAL LOGÍSTICO	58
TABELA 27 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA LOGÍSTICA DAS OPERAÇÕES	59
TABELA 28 – NECESSIDADES LOGÍSTICAS NO APOIO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO.....	60
TABELA 29 – PRIORIDADES DE AÇÃO NAS OPERAÇÕES DE LOGÍSTICA ÀS OPERAÇÕES.....	62
TABELA 30 – NECESSIDADES LOGÍSTICAS NO APOIO ÀS POPULAÇÕES	64
TABELA 31 – PRIORIDADES DE AÇÃO NAS OPERAÇÕES DE LOGÍSTICA	68
TABELA 32 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DAS COMUNICAÇÕES.....	69
TABELA 33 – REDE OPERACIONAL DE BOMBEIROS	69
TABELA 34 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO.....	74
TABELA 35 – RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS NO QUE CONCERNE A INFORMAÇÃO A SER DIFUNDIDA A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS QUE COLABORAM COM AS AÇÕES DE SOCORRO E REABILITAÇÃO.....	75
TABELA 36 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO, PRIORIDADES DE AÇÃO E PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO NA GESTÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA	77
TABELA 37 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO.....	79
TABELA 38 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	82
TABELA 39 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NOS SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS .	84
TABELA 40 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NO SOCORRO E SALVAMENTO	86
TABELA 41 – MARCHA GERAL DAS OPERAÇÕES	88
TABELA 42 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NOS SERVIÇOS MORTUÁRIOS	90
TABELA 43 – OBJETIVOS E DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO DA PROTEÇÃO CIVIL.....	94
TABELA 44 – PRINCÍPIOS ESPECIAIS APLICÁVEIS ÀS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO CIVIL.....	95
TABELA 45 – DIREÇÃO POLÍTICA	96
TABELA 46 – COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL.....	97
TABELA 47 – COMPETÊNCIAS DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO CIVIL	99
TABELA 48 – COMANDANTE DAS OPERAÇÕES DE SOCORRO.....	103
TABELA 49 – ADJUNTOS DO COS	104
TABELA 50 – CÉLULAS DO SISTEMA DE GESTÃO DAS OPERAÇÕES.....	105
TABELA 51 – RESPONSÁVEIS DAS ESTRUTURAS NA CÉLULA DE COMBATE.....	106
TABELA 52 – COMPETÊNCIAS DO COMANDANTE OPERACIONAL MUNICIPAL.....	107
TABELA 53 – COMPETÊNCIAS DE COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DA CMPC	108
TABELA 54 – COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL	109
TABELA 55 – DEFINIÇÃO DE ACIDENTE GRAVE E CATÁSTROFE	110
TABELA 56 – COMPETÊNCIAS, PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTOS DA DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ALERTA	110
TABELA 57 – AVISOS EMITIDOS PELO INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA.....	112
TABELA 58 – CRITÉRIOS DE EMISSÃO DE AVISOS, PARA VENTOS, PRECIPITAÇÃO, NEVE, TROVOADA, NEVOEIRO, TEMPO QUENTE, TEMPO FRIO E AGITAÇÃO MARÍTIMA	113
TABELA 59 – CRITÉRIOS DE EMISSÃO DE AVISOS PARA AS TEMPERATURAS MÍNIMAS E MÁXIMAS.....	113
TABELA 60 – NÍVEIS DE ALERTA E RESPECTIVO GRAU DE PRONTIDÃO E MOBILIZAÇÃO	115
TABELA 61 – USO DO SOLO (NÍVEL 1) NO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ (FONTE: CLC, 1990/2000/2006 – IGP) ...	129
TABELA 62 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ETÁRIA (1991 – 2001)	143
TABELA 63 – COBERTURA DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DOMICILIÁRIA DE ÁGUA (2002).....	160
TABELA 64 – TAXAS DE COBERTURA DA POPULAÇÃO SERVIDA PELAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS.....	162

TABELA 65 – CONCEITOS ADAPTADOS NA ELABORAÇÃO DOS PME (ADAPTADO DE JULIÃO ET AL, 2009)	177
TABELA 66 – PERIGOS PASSÍVEIS DE AFETAREM O MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ	179
TABELA 67 – LIMIARES DE ONDAS DE CALOR ADOTADOS PARA OS VÁRIOS DISTRITOS DO PAÍS.....	179
TABELA 68 – VALORES <i>WIND CHILL</i> E GRAUS DE SEVERIDADE ASSOCIADOS (FONTE: IPMA).....	183
TABELA 69 – VALORES DE TEMPERATURA ASSOCIADOS A VAGAS DE FRIO NOS REGISTOS DA ESTAÇÃO DE FOLGARES	186
TABELA 70 – NOTÍCIAS DE JORNAL REFERENTES A NEVÕES IMPORTANTES OCORRIDO NO DISTRITO DE BRAGANÇA	188
TABELA 71 – ESTRADAS E POVOAÇÕES AFETADAS PELA QUEDA DE NEVE CONSIDERANDO FAIXAS DE ALTITUDE DA SUA OCORRÊNCIA.....	191
TABELA 72 – AFETAÇÃO NA REDE VIÁRIA	195
TABELA 73 – OCORRÊNCIAS DE CHEIAS RÁPIDAS MOTIVADAS POR TROMBAS DE ÁGUA NA ÁREA DE TRÁS-OS-MONTES	197
TABELA 74 – VALORES DE PRECIPITAÇÃO MENSAL DA ESTAÇÃO DE FOLGARES, DESTACANDO-SE OS ANOS DE SECA POTENCIAL	202
TABELA 75 – NÚMERO DE INCÊNDIOS E ÁREA ARDIDA NOS PAÍSES DO SUL DA EUROPA	216
TABELA 76 – ACIDENTES COM MORTOS E/OU FERIDOS GRAVES	228
TABELA 77 – ACIDENTES E VÍTIMAS – ALFÂNDEGA DA FÉ	228
TABELA 78 – RELATÓRIOS DE ACIDENTES POR DISTRITO.....	230
TABELA 79 – DADOS SOBRE AS BARRAGENS DO MUNICÍPIO.....	232
TABELA 80 – GRAU DE PROBABILIDADE	237
TABELA 81 – GRAU DE GRAVIDADE	238
TABELA 82 – MATRIZ DE RISCO PARA O TERRITÓRIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ.....	239
TABELA 83 – MEDIDAS GERAIS DE MITIGAÇÃO	257
TABELA 84 – MEDIDAS ESPECÍFICAS POR TIPOLOGIA DE RISCO DE MITIGAÇÃO	260
TABELA 85 – APC’S E ENTIDADES INTERVENIENTES NO CASO DE INCÊNDIO FLORESTAL	261
TABELA 86 – FITA DO TEMPO	262
TABELA 87 – APC’S E ENTIDADES INTERVENIENTES NO CASO DE MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES.....	265
TABELA 88 – APC E ENTIDADES INTERVENIENTES NO CASO DE UMA VAGA DE FRIO	268
TABELA 89 – APC E ENTIDADES INTERVENIENTES NO CASO DE UMA ONDA DE CALOR	271
TABELA 90 – APC E ENTIDADES INTERVENIENTES NOS NEVÕES	275

Parte I – Enquadramento Geral do Plano

1. Introdução

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Alfândega da Fé (adiante designado abreviadamente por PMEPCAF) é um documento formal que define o modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil a nível municipal. Permite antecipar cenários suscetíveis e espectáveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para a preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência.

O PMEPCAF é um plano de âmbito geral, elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem para o âmbito territorial e administrativo do município de Alfândega da Fé.

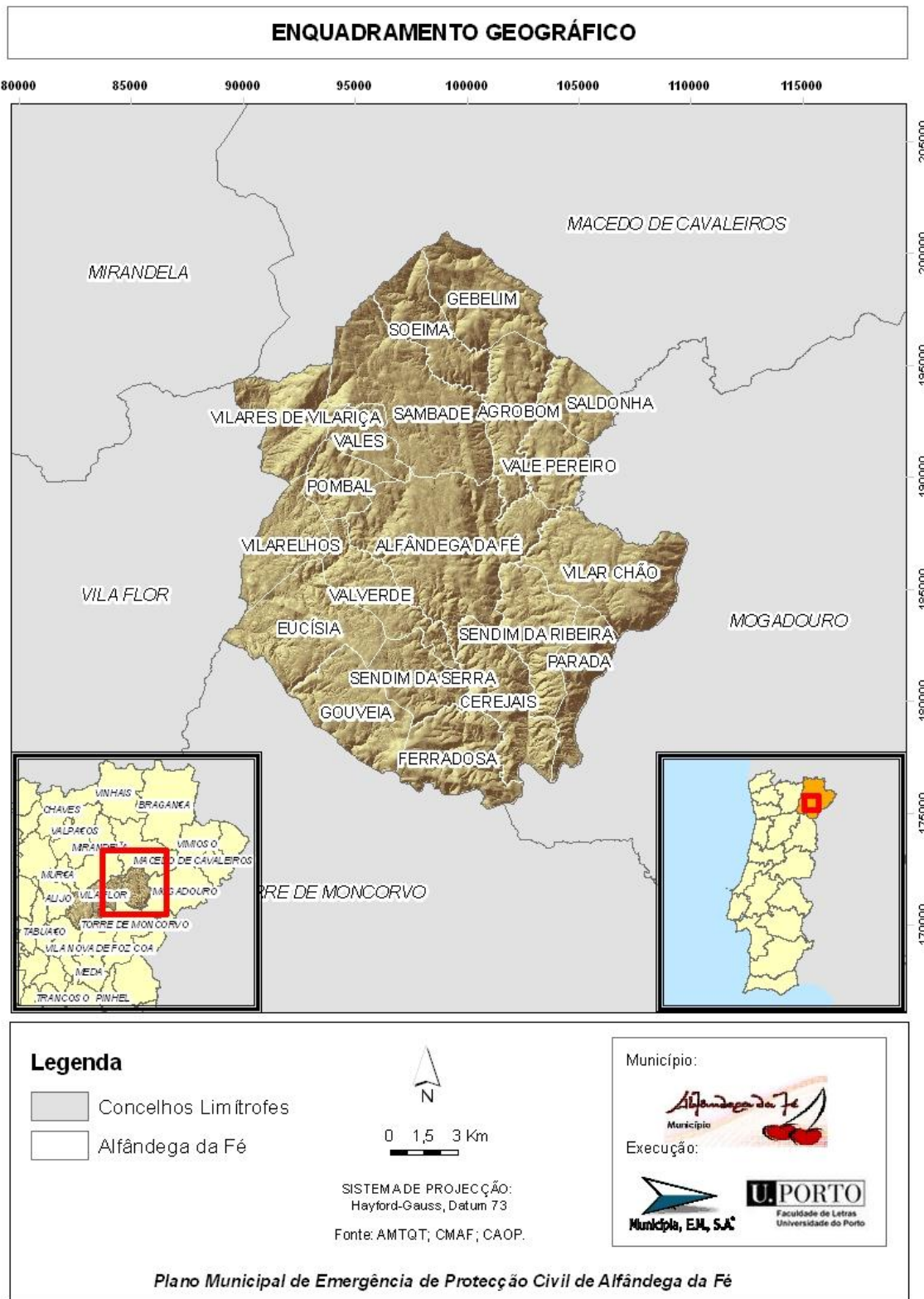
Este deverá ser revisto, segundo a Resolução 25/2008 de 18 de Julho, no mínimo uma vez em cada dois anos, ou no caso de existirem alterações pertinentes resultantes dos exercícios utilizados para verificar a operacionalidade dos meios envolvidos no âmbito do plano, ou de situações reais onde se verifique a necessidade de alterações no mesmo.

O Município está sujeito a uma multiplicidade de riscos naturais, tecnológicos ou mistos que se podem manifestar a qualquer altura, no entanto aquele, que pelas características do município, ou até mesmo pela sua historicidade, é destacado o risco de Incêndio Florestal.

A diretora do PMEPCAF é a Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, Berta Ferreira Milheiro Nunes ou na sua ausência, o seu substituto legal, o vice-presidente da Câmara Municipal, Eduardo Manuel Dobrões Tavares.

2. Âmbito de aplicação

Sendo o PMEPCAF um plano de âmbito municipal, este aplica-se à totalidade da área territorial do Município de Alfândega da Fé, ou seja, uma área total de 321,9 km², correspondendo às suas 20 freguesias (Agrobom, Alfândega da Fé, Cerejais, Eucísia, Ferradosa, Gebelim, Gouveia, Parada, Pombal, Saldonha, Sambade, Sendim da Ribeira, Sendim da Serra, Soeima, Vale Pereiro, Vales, Valverde, Vilar Chão, Vilarelhos e Vilares de Vilariça), Alfândega da Fé é um dos concelhos do distrito de Bragança e um dos 15 municípios pertencentes à NUT III Alto Trás-os-Montes.



Mapa 1 – Enquadramento geográfico

O PMEPCAF tem como objetivo fazer face a todas as situações recorrentes da manifestação dos riscos **Naturais** (Geadas; Nevões; Ondas de Calor; Vagas de Frio; Secas; Cheias e Inundações rápidas; Cheias

e Inundações Progressivas; Sismos; Movimentos de Massa em Vertentes); **Tecnológicos** (Acidentes Rodoviários; Acidentes no Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas; Colapso de Túneis, Pontes e outras Infraestruturas; Cheias e Inundações por Ruptura de Barragens; Acidentes em Instalações de Combustíveis, Óleos e Lubrificantes; Incêndios em Centros Históricos e em Edifícios de Elevada Concentração Populacional) ou **Mistos** (Incêndios Florestais).

3. Objetivos gerais

Os objetivos gerais a que o PMEPCAF se propõe são:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis a recorrer em caso de acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação das condições favoráveis ao empenho rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

4. Enquadramento Legal

Legislação Estruturante

- Lei nº 65/2007, de 12 de Novembro – Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal;

- Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 114/2011;
- Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho – Lei de Bases de Proteção Civil, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 1/2011.

Legislação Específica

- Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 25/2008, de 18 de Julho – Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil.

5. Antecedentes do Processo de Planeamento

A historicidade de acontecimentos resultantes do processo de planeamento de emergência é sem dúvida diminuta, pois não existiu nenhum plano municipal de emergência no município até à data, existindo apenas um histórico de exercícios levados a cabo, não, no âmbito dos riscos suscetíveis de causar danos no território do município, mas sim no âmbito dos Planos Internos de Emergência dos equipamentos educativos do município (Tabela 1 – Histórico de exercícios efetuados).

Histórico de exercícios	
Simulacro de Incêndio / Evacuação / Socorro Local: Escola EB 2,3/S Alfândega da Fé	12 de Maio de 2000
	29 de Março de 2001
	22 de Fevereiro 2002
	12 de Dezembro de 2006
	12 de Março de 2008
	16 de Outubro de 2008
	23 de Março de 2009
	5 de Março de 2010
	1 de Março de 2011
Sessão teórico-prática sobre manuseamento de extintores Local: Escola EB 2,3/S Alfândega da Fé	18 de Fevereiro de 2009
Simulacro de Sinistro Local: Escola EB 2,3/S Alfândega da Fé	23 de Março de 2009
Sessão teórico-prática sobre manuseamento de extintores Local: Câmara Municipal de Alfândega da Fé	7 de Junho de 2010
Sessão teórico-prática sobre manuseamento de extintores Local: Escola EB 1 de Alfândega da Fé	11 de Abril de 2011
Simulacro de Incêndio / Evacuação / Socorro	1 de Março de 2011

Local: Escola EB 1 de Alfândega da Fé

Tabela 1 – Histórico de exercícios efetuados

Na escola EB 2,3/S tem sido feito anualmente sessões teórico-práticas de manuseamento de extintores, mas não temos registo delas.

Após emissão de parecer da CMPC em 06 de Outubro de 2011, a presente versão do PMEPC de Vila Nova de Foz Côa esteve em Consulta Pública a partir do dia 31 de Outubro de 2011 pelo período de 30 dias.

Decorrido o período de consulta pública a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé deliberou a aprovação do PMEPC de Alfândega da Fé em reunião realizada no dia 29 de Fevereiro de 2012.

6. Articulação com instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território

O planeamento e ordenamento do território revestem-se de vital importância no que diz respeito à minimização dos efeitos nefastos que podem ocorrer devido à manifestação dos riscos existentes no município de Alfândega da Fé. Um uso cuidado e correto do solo, aliado à diminuição da vulnerabilidade, ou seja minimização da exposição de pessoas e bens, poderá potenciar o sucesso das políticas de proteção civil. Assim o PDM deverá conter informação referente às áreas de relevância operacional consideradas no PMEPC.

Neste contexto, na tabela seguinte encontra-se a interligação entre alguns dos instrumentos de planeamento e ordenamento do território que contribuem para a prossecução dos objetivos do PMEPCAF.

Nível	Designação do Instrumento	Contributo para o PMEPCAF	
Âmbito Nacional	PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	
	ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável	
	PNA	Plano Nacional da Água	
	PNDFCI	Plano Nacional da Defesa da Floresta Contra Incêndios	
	PNAAS	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	
	Planos Setoriais	PNPR	Plano Nacional de Prevenção Rodoviária
	ENF	Estratégia Nacional para a Floresta	
	PROFD	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro	
	PBHD	Plano da Bacia Hidrográfica do Douro	

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Âmbito Regional	Planos Setoriais	PROTN	Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte	
		POAAP	Plano de Ordenamento do Território da Albufeira da Régua e Carrapateiro	
			Plano de Ordenamento do Território da Albufeira da Valeira e Pocinho	
PIMOT	Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro			
Âmbito Municipal	Planos Setoriais	PDM	Plano Diretor Municipal	Planta de Condicionantes
		PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Florestas contra Incêndios	Carta de Risco de Incêndio
Instrumentos de planeamento de emergência		PEDPC	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil	(em execução)
		PMEPC Adjacentes	Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil dos Municípios adjacentes (Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Macedo de Cavaleiros e Mirandela)	(em execução)

Tabela 2 – Interligação dos Instrumentos de Gestão Territorial com o PMEPCAF

A tabela seguinte descreve os pontos de convergência entre PMEPCAF e os instrumentos de planeamento e ordenamento do território.

Instrumentos de Planeamento e ordenamento do Território	PNPOT	ENDS	PNA	PNDFCI	PNAAS	PNPR	ENF	PROFD	PBHD	PROTN	POAAP	PIMOT	PDM	PMDFCI	PEDPC	PMEPC Adjacentes
	O PMEPCAF visa estabelecer															
Tipificação dos riscos	X	X	X	X	X				X	X	X	X	X	X	X	X
Medidas de prevenção a adotar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Identificação dos meios e recursos mobilizáveis, em situação de acidente grave ou catástrofe				X		X								X	X	X
Definição das responsabilidades que incumbem aos organismos, serviços e estruturas, públicas ou privadas, com competências no domínio da proteção civil municipal	X		X	X				X	X	X				X	X	X
Critérios de mobilização e mecanismos de coordenação dos meios e recursos, públicos ou privados utilizáveis				X										X	X	X
Estrutura operacional que vai garantir à unidade de direção e	X			X										X	X	X

o controlo permanente da situação

Tabela 3 – Pontos de convergência entre os instrumentos de ordenamento e planeamento do território com o PMEPCAF

7. Ativação do Plano

7.1. Competências para a ativação do Plano

Nos termos do nº2 do artigo 40, concatenado com o nº2 do artigo 38, da Lei de Bases da Proteção Civil (Lei nº27/2006, de 3 de Julho), e tal como disposto no nº3 do artigo 3º da Lei nº65/2007, de 12 de Novembro, compete exclusivamente à Comissão Municipal de Proteção Civil do Município de Alfândega da Fé a ativação/desativação do PMEPCAF.

A ativação do PMEPCAF pode ser, dependendo da complexidade da situação, deliberada com a presença do diretor do plano ou pelo seu substituto legal e contar com a presença de pelo menos mais 2 (dois) elementos, no entanto, deverá logo que possível, ser ratificada *a posteriori* pelo plenário da CMPC. A publicitação da ativação do PMEPCAF será levada a cabo, atendendo à extensão territorial da emergência e da sua gravidade, devendo ser sempre alargada aos municípios vizinhos e CDOS respetivo. Nesse sentido os meios a utilizar serão:

Meios de Publicitação da Ativação do Plano		
Órgãos de Comunicação Social	Órgãos de Comunicação Social, do âmbito territorial considerado mais apropriado.	<p>Jornais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mensageiro de Bragança • Jornal do Nordeste • Jornal Terra Quente • O Comércio de Macedo • Negócios de Valpaços <p>Rádios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rádio Torre de Moncorvo • Rádio Ansiães • Rádio Onda Livre • Rádio Terra Quente • Rádio São João da Pesqueira • Rádio Lamego – Voz do Douro • Rádio FM Alfândega <p>Televisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Porto Canal • Localvisão
Sítio da internet	Página de Internet da Câmara Municipal de Alfândega da Fé	http://www.cm-alfandegadafe.pt/

Editais	Editais afixados em locais próprios para o efeito.	
---------	--	--

Tabela 4 – Meios de Publicitação da ativação do Plano

A desmobilização operacional dos agentes de Proteção Civil envolvidos nas operações dependerá essencialmente do entendimento do Comandante das Operações de Socorro; no entanto deverá partir de um entendimento entre este, o Diretor do Plano, o Comandante Operacional Municipal e o Serviço Municipal de Proteção Civil de Alfândega da Fé, bem como a desativação do PMEPCAF. A publicitação da sua desativação será efetuada da mesma forma que a sua ativação.

7.2. Critérios para a ativação do Plano

Os critérios para a ativação dos Planos de Emergência têm em conta a natureza das emergências, quer estas resultem em acidentes graves ou catástrofes, contudo a sua gravidade e a extensão dos seus efeitos previsíveis, bem como os resultados da sua mitigação resultante da sua ativação deverão ser tomados em conta. Os pressupostos utilizados para a ativação do PMEPCAF, constituem uma base de critérios coerentes e perfeitamente adaptados à realidade do município, assistindo assim o processo de tomada de decisão da ativação / desativação do plano, contudo a ativação será sempre levada a cabo em função da decisão da Comissão Municipal de Proteção Civil.

Os critérios a serem tomados em conta serão:

- Em primeira instância este deverá ser **ativado** sempre que se declare a **situação de alerta** ao nível da parcela territorial do município a que o plano diz respeito. Concorrendo para o cumprimento do estabelecido no ponto 1 do artigo 15º da Lei nº27/2006, de 3 de Julho.
- Será também **ativado** ou **não**, consoante o grau de risco existente, contemplado pela declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 97/2007, de 16 de Maio. O resultado do grau de risco é obtido através da matriz de risco, onde são interpolados o respetivo grau de gravidade e o grau de probabilidade.

O grau de gravidade é tipificado pela escala de intensidade das consequências negativas das ocorrências. O grau de probabilidade é tipificado na seguinte tabela de probabilidade / frequência de consequências negativas da ocorrência.

A relação entre a gravidade das consequências negativas e a probabilidade de ocorrências reflete na generalidade, o grau de risco, sendo o plano passível de ser ativado através dos seguintes pressupostos:

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

PROBABILIDADE / FREQUÊNCIA		Matriz de Risco		
		GRAVIDADE / INTENSIDADE		
		MODERADA	ACENTUADA	CRITICA
		Tratamento médico necessário, mas sem vítimas mortais. Algumas hospitalizações. Retirada de pessoas por um período de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos. Alguma disrupção na comunidade (menos de 24 horas). Pequeno impacto no ambiente, sem efeitos duradouros. Alguma perda financeira.	Número elevado de feridos e de hospitalizações. Número elevado de retirada de pessoas por um período superior a 24 horas. Vítimas mortais. Recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio. Danos significativos que exigem recursos externos. Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Alguns impactos na comunidade com efeitos a longo prazo. Perda financeira significativa e assistência financeira necessária.	Situação crítica. Grande número de feridos e de hospitalizações. Retirada em grande escala de pessoas por uma longa duração. Significativo número de vítimas mortais. Pessoal de apoio e reforço necessário. A comunidade deixa de conseguir funcionar sem suporte significativo. Impacto ambiental significativo e/ou danos permanentes.
CONFIRMADA	Ocorrência real verificada.	ELEVADO – Ativação	EXTREMO – Ativação	EXTREMO – Ativação
ELEVADA	É expectável que ocorra em quase todas as circunstâncias; e/ou nível elevado de incidentes registados; e/ou fortes evidências; e/ou forte probabilidade de ocorrência do evento; e/ou fortes razões para ocorrer; Pode ocorrer uma vez por ano ou mais.	ELEVADO – Ativação	EXTREMO – Ativação	EXTREMO – Ativação
MÉDIA - ALTA	Irà provavelmente ocorrer em quase todas as circunstâncias; e/ou registos regulares de incidentes e razões fortes para ocorrer; Pode ocorrer uma vez em cada 5 anos.	MODERADO – Declaração de Situação de Alerta	ELEVADO – Ativação	ELEVADO – Ativação
MÉDIA	Não é provável que ocorra; Não há registos ou razões que levem a estimar que ocorram; pode ocorrer uma vez em cada 100 anos.	BAIXO – Não ativação	MODERADO – Não ativação	MODERADO – Não ativação

Tabela 5 – Matriz de Risco – Ativação do Plano

São também critérios para ativação do plano:

- a) Incêndio florestal cuja área exceda os **1000 ha** e/ou decorra mais de **72h** seguidas sem que tenha passado à fase de rescaldo;
- b) Iminência ou ocorrência de outros fenómenos, que não os mencionados anteriormente e que sejam suscetíveis de fomentar a ativação do plano;

Assim que as condições de segurança estiverem garantidas para a população e restabelecidas as condições mínimas de normalidade, o PMEPCAF poderá ser desativado por decisão da CMPC. Nesta sequência, deverão ser desenvolvidos os respetivos mecanismos de desativação de emergência por todas as entidades envolvidas aquando a ativação do Plano.

A CMPC deverá estabelecer um contacto permanente com o CDOS de modo a comunicar a ativação/desativação do PMEPCAF, a agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação atualizada da situação. A ativação/desativação do PMEPCAF deverá também ser comunicada aos municípios adjacentes. A publicitação da sua desativação será efetuada da mesma forma que a sua ativação.

8. Programa de Exercícios

O plano de emergência deve ser regularmente treinado através de exercícios em que se simulam situações de emergência a diferentes níveis. Com o planeamento e realização destes treinos poderá, por um lado, testar-se o plano em vigor, adaptando-o e atualizando-o se for caso disso, e, por outro lado, fazerem-se rotinas dos procedimentos a adotar em situação real de emergência.

Tipologia de Risco	Data	Entidades a Envolver	Tipo de exercício (CPX ¹ ; LivEx ²)
Nevões; Ondas de Calor e Vagas de Frio	2º semestre de 2013	SMPC; Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé; GIPS; Autoridade de Saúde do Município; Centro de Saúde; INEM; GNR; EDP; REN; Estradas de Portugal, S.A.; Juntas de Freguesias; Instituto da Segurança Social, I.P.	CPX
Acidentes Rodoviários	1º semestre de 2014	SMPC; Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé; Autoridade de Saúde do Município; Centro de Saúde; INEM; GNR; Estradas de Portugal, S.A.; Juntas de Freguesias; Instituto de Segurança Social, I.P.	LivEx
Incêndios Florestais	2º semestre de 2014	SMPC; Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé; GIPS; Autoridade de Saúde do Município; Centro de Saúde; INEM; GNR; Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., EDP; REN; Estradas de Portugal, S.A.; Juntas de Freguesias; Instituto de Segurança Social, I.P.	CPX
Incêndios e colapsos em centros históricos e em edifícios com elevada concentração populacional	1º semestre de 2015	SMPC; Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé; GIPS; Autoridade de Saúde do Município; Centro de Saúde; INEM; GNR; EDP; REN; Estradas de Portugal, S.A.; Juntas de Freguesias; Instituto de Segurança Social, I.P.	LivEx

Tabela 6 – Calendarização de exercícios

1 Comand Post Exercise – entende-se aquele que se realiza em contexto de sala de operações e tem como objetivos testar o estado de prontidão e a capacidade de resposta e de mobilização de meios das diversas entidades envolvidas nas operações de emergência.

2 Entende-se um exercício de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno, com meios e equipamentos, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais de execução das entidades envolvidas.